

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATO SOCIAL
STUDIO CLIPAGEM LTDA-EPP
CNPJ: 08.074.472/0001-09
NIRE 42203779040

MAURICIO DE LUCCA FIGUEIRA, brasileiro, comerciante, solteiro, nascido em 26/05/1979 na cidade de Criciúma/SC, portador do RG nº 3.172.036 expedido pela SSP/SC, CPF sob nº 005.120.909-80, residente e domiciliado à Rua Duarte Schutel, 181, Apto 826, Centro, Florianópolis- CEP 88.015-640 e **ALVARO ANDRE MENEZES LISTA**, brasileiro, comerciante, solteiro, nascido em 17/11/1980 na cidade de Rio de Janeiro/RJ, portador do RG nº 4.078.447 expedido pela SSP/SC e CPF nº 004.919.229-90, residente e domiciliado a Rua Anita Garibaldi, 136 – Apto 705 Centro- Florianópolis/SC – CEP 88.010-500, componentes da sociedade empresária **STUDIO CLIPAGEM LTDA – EPP**, com sede na Rua dos Ilhéus, 46 – Sala 1105 - Centro – Florianópolis S/C – CEP 88.010-560, inscrita no **CNPJ nº 08.074.472/0001-09** e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 08/06/2006 sob o Nire nº 42203779040, por este e na melhor forma de direito, em consonância com o que determina o Artigo 2.031 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), resolvem alterar e consolidar seu Contrato Social como segue abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA– A Sociedade resolve alterar o endereço para: Rua Bento Gonçalves, 183 – Sala 602 – Centro Executivo Pedro Xavier – Centro – Florianópolis – CEP: 88.010-080.

CLAUSULA SEGUNDA –A sociedade passa a ter o seguinte objeto social: Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo e Produção de filmes e fitas de vídeos (clipagem), estúdio fotográfico, filmagens de festas e eventos e processamento de dados.

CLAUSULA TERCEIRA – O sócio **ALVARO ANDRÉ MENEZES LISTA** altera o endereço residencial para Rua Felipe Schmidt, 625 – apto 104 - Centro – Florianópolis – Cep: 88.010-001.

CLAUSULA QUARTA - Em virtude das alterações ora ajustadas, consolida-se o Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação e numeração de todas as cláusulas.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATO SOCIAL
STUDIO CLIPAGEM LTDA-EPP
CNPJ: 08.074.472/0001-09
NIRE 42203779040

CLÁUSULA PRIMEIRA-A sociedade gira com o nome empresarial **STUDIO CLIPAGEM LTDA - EPP**

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto da sociedade é de Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo e Produção de filmes e fitas de vídeos (clipagem), estúdio fotográfico, filmagens de festas e eventos e processamento de dados.

1

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/10/2017

Arquivamento 20176981233 Protocolo 176981233 de 25/10/2017

Nome da empresa STUDIO CLIPAGEM LTDA EPP NIRE 42203779040

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 100101688537622

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2017

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;



27/10/2017

CLÁUSULA TERCEIRA -A Sociedade tem sua sede e Foro na Cidade de Florianópolis/SC à Rua Bento Gonçalves, 183 – Sala 602 – Centro Executivo Pedro Xavier – Centro –CEP: 88.010-080.

CLÁUSULA QUARTA- A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Junho de 2006e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social é de R\$10.000,00 (dezmil reais), dividido em 100.000 (cem) cotas no valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, integralizado pelos sócios, da seguinte forma:

SOCIO	%	COTAS	VALOR
MAURICIO DE LUCCA FIGUEIRA	50	50 COTAS	R\$5.000,00
ALVARO ANDRE MENEZES LISTA	50	50 COTAS	R\$ 5.000,00
TOTAL	100%	100 COTAS	R\$ 10.000,00

CLÁUSULA SEXTA - As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência para sua aquisição se postos à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1052 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

CLÁUSULA OITAVA - A administração da sociedade será exercida isoladamente por **MAURICIO DE LUCCA FIGUEIRA E ALVARO ANDRE MENEZES LISTA** que se incumbirá de todas as operações e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, exclusivamente, para os negócios da própria sociedade, sendo vetado o uso do nome empresarial em negócios alheios aos fins sociais, como fianças, avais e endossos, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, respondendo pessoalmente o infrator pelos danos causados.

CLÁUSULA NONA - Os sócios no exercício da administração da empresa e de cargos na sociedade terão o direito de uma retirada mensal, a título de pró-labore, em valor a ser fixado a cada mês de Janeiro de cada novo ano e vigente para todo o exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o

2

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/10/2017

Arquivamento 20176981233 Protocolo 176981233 de 25/10/2017

Nome da empresa STUDIO CLIPAGEM LTDA EPP NIRE 42203779040

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 100101688537622

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2017

por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;



valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os herdeiros legais do sócio falecido poderão ingressar na sociedade, com os valores que lhe forem partilhados em inventário e desde que não haja impedimento legal, quanto à capacidade jurídica de cada um.

PARAGRAFO TERCEIRO - Não interessando aos herdeiros ou qualquer um deles, do "de cujus", participarem da sociedade, esta poderá, desde que haja fundos disponíveis e sem ofensa ao capital social, adquirir as quotas do herdeiro retirante, pagando ao herdeiro na forma acordada entre os sócios remanescentes da sociedade e os referidos herdeiros.

PARAGRAFO QUARTO - Os valores devido aos herdeiros do sócio falecido serão pagos da seguinte forma: 30% (trinta por cento) no prazo de 30 (trinta) dias e os outros 70% (setenta por cento) em 06 (seis) parcelas mensais. As parcelas serão corrigidas pela variação do IGPM ou outro indexador que vier à substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA— A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência em qualquer ponto de território nacional e participar como sócia acionista de outras empresas, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, obedecendo as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA—No caso de um dos sócios desejarem retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados, de forma que não prejudique o capital social de giro e cuja operacionalização se dará em comum acordo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

PARAGRAFO PRIMEIRO – A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios.

PARAGRAFO SEGUNDO—As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quórum.

PARAGRAFO TERCEIRO - A reunião tornar-se-á dispensável quando os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato, serão suprimidas ou resolvidas com base na Lei nº 10.406 de 10/01/2002, e em outras disposições legais que lhes foram aplicáveis.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os sócios **MAURICIO DE LUCCA FIGUEIRA E ALVARO ANDRE MENEZES LISTA**, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por se acharem em perfeito acordo, com tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o, em **VIA ÚNICA**, sendo destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis/SC, 02 de outubro de 2017.



MAURICIO DE LUCCA FIGUEIRA



ALVARO ANDRE MENEZES LISTA

